

A Vitimização Secundária de Mulheres que Retornam ao Relacionamento Abusivo

Jéssica Oliveira ^{1a}, & Cícero Roberto Pereira ^b ²

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil ^a; Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal ^b.

RESUMO

Muitos estudos foram desenvolvidos para compreender o que levam as mulheres a permanecer no relacionamento abusivo e as barreiras encontradas no processo de saída. Objetivamos investigar os comportamentos de vitimização secundária de mulheres que reatam o relacionamento abusivo. Participaram do estudo 261 pessoas com idades variando entre 18 e 72 anos ($M = 32.06$; $SD = 9.96$) e a maioria do sexo feminino (83.9%). Os participantes foram convidados a ler uma vinheta que descrevia o relacionamento entre João e Maria, entretanto, havia três desfechos do relacionamento com base no qual manipulamos a informação sobre o comportamento da vítima. Os participantes responderam a Escala de Vitimização Secundária em Mulheres Vítimas de Violência Conjugal (SVS), além de informações sociodemográficas. Os resultados indicam que os participantes perceberam mais o sofrimento da vítima, a desvalorizaram e a evitaram quando ela reatou o relacionamento. Percebemos que os homens culpabilizaram e desvalorizaram mais a vítima do que as mulheres, perceberam menos sofrimento da vítima do que as mulheres. Nosso estudo apresentou resultados empíricos de que quando nos referimos a mulheres vítimas da violência entre parceiros íntimos (VPI), elas são mais vitimizadas quando saem e retornam ao relacionamento abusivo o que é descrito como sendo o comportamento mais frequente das mulheres.

Palavras-chave

Violência entre parceiros íntimos; vitimização secundária; culpabilização; reatar o relacionamento

ABSTRACT

Many studies have been conducted to understand what leads women to remain in abusive relationships and the barriers they encounter when trying to leave. We aimed to investigate the behaviors of secondary victimization towards women who resume abusive relationships. A total of 261 people participated, with ages ranging from 18 to 72 years ($M = 32.06$; $SD = 9.96$), and the majority were female (83.9%). Participants were invited to read a vignette describing the relationship between João and Maria, with three different relationship outcomes used to manipulate the information about the victim's behavior. Participants completed the Secondary Victimization Scale for Women Victims of Intimate Partner Violence (SVS), as well as provided sociodemographic information. The results indicate that participants perceived the victim's suffering more, devalued her, and avoided her when she resumed the relationship. We observed that men blamed and devalued the victim more than women and perceived the victim's suffering less than women did. Our study provided empirical evidence that when referring to women victims of intimate partner violence (IPV), they are more victimized when they leave and return to the abusive relationship, which is described as the most common behavior among women.

Keywords

Intimate partner violence; secondary victimization; blaming of the victim; resuming the relationship

¹ Correspondence about this article should be addressed Jéssica Oliveira: jessicaaqueiroga@gmail.com

² **Conflicts of Interest:** The authors declare that the research was conducted in the absence of any commercial or financial relationships that could be construed as a potential conflict of interest.

Secondary Victimization of Women Who Resume an Abusive Relationship

Introdução

A violência entre parceiros íntimos (VPI) é caracterizada por qualquer ato que resulte em dano físico, sexual, psicológico, privação de liberdade, perseguição ou controle coercitivo cometido por um parceiro ou ex-parceiro íntimo (Serrano-Montilla et al., 2020). Neste trabalho, analisamos diferentes tipos de reações que as pessoas têm ao serem confrontadas com situações de mulheres vítimas de violência doméstica, quando recebem a informação de que a violência é recorrente. As consequências desses tipos de atos podem ser graves e duradouras para as vítimas, as famílias e a sociedade em geral, tornando-se um problema de saúde pública mundial (Peitzmeier et al., 2020). As mulheres são as principais vítimas da VPI e apresentam maior probabilidade de desenvolver doenças físicas e psicológicas, bem como maior risco de suicídio (Aguilar Ruiz et al., 2021). Os seus filhos frequentemente apresentam desempenhos negativos na saúde física e emocional, além da possibilidade de tornarem-se vítimas ou autores da VPI (Walters, 2020). A VPI é reconhecida como uma das principais violações aos direitos humanos, com consequências em todas as fases de vida das mulheres (Organização Mundial de Saúde [OMS], 2018).

Estatísticas da OMS apontam que esse tipo de violência começa muito cedo, por volta dos 15 anos de idade. Esses parâmetros implicam admitir que 25% das mulheres entre 15 e 19 anos já sofreu violência em algum momento da vida (OMS, 2018). Além disso, uma em cada três mulheres já sofreu violência por parte do parceiro íntimo no mundo considerando a totalidade dos escalões etários (OMS, 2018). Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Bueno & Lima, 2021), cerca de 230.160 mulheres denunciaram um caso de violência no Brasil durante o ano de 2020, o número de mulheres assassinadas foi de 3.913, destas 1.350 foram vítimas de feminicídio representando 34,5% dessas mortes. Especificamente sobre as mulheres vítimas de feminicídio, 81,5% foram pelo parceiro ou ex-parceiro íntimo.

Diante do número elevado de mulheres vítimas da VPI, da gravidade das consequências dessa violência para toda a sociedade (Goodkind et al., 2003) e das ações para prevenção e erradicação desse tipo de violência (Chibber & Krishnan, 2011), muitos estudos objetivaram descrever o que levam as mulheres a permanecer no relacionamento abusivo (Bermea et al., 2020; Kim & Gray, 2008; Rhatigan & Street, 2005), assim como as barreiras encontradas que dificultam o processo de saída desse relacionamento

(Anderson & Saunders, 2003). As primeiras pesquisas empíricas sobre fatores relacionados à decisão das mulheres de sair ou permanecer no relacionamento abusivo surgiram em meados da década de 70 (Strube & Barbour, 1984). Nesse período, acreditava-se que o desamparo aprendido ou as tendências masoquistas explicavam por que as mulheres estavam pouco disponíveis para sair do relacionamento abusivo ou eram incapazes do mesmo (Snell et al., 1964; Walker, 1979). Em contrapartida, outras explicações discutiam os fatores interpessoais que poderiam se relacionar com os comportamentos das vítimas, como o reforço intermitente (Walker, 1979), i.e., quando há alternância entre comportamentos de cuidado e violência com a vítima no percurso do ciclo da violência, e a influência do patriarcalismo sobre os papéis de gênero internalizados pelas mulheres (Kirkwood, 1993) também constituíram o rol de ideias predominante na época. Portanto, havia a ideia de superioridade masculina e submissão feminina.

Existe um relativo consenso na literatura sobre os comportamentos das mulheres que decidem permanecer ou sair de um relacionamento abusivo. Os estudos apontam que deixar um parceiro abusivo é um processo complexo, cíclico, que ocorre em etapas ao invés de um evento isolado (Bermea et al., 2020; Storer et al., 2018). Dessa forma, durante o percurso do relacionamento, as mulheres buscam em vários momentos estratégias para deixar o parceiro abusivo, concomitantemente procuram proteção para si e para os filhos (Goodkind et al., 2004). As estratégias empregadas englobam o planejamento para o distanciamento físico face ao agressor, com ações que envolvem a organização de recursos financeiros, de documentos importantes, a garantia de um lugar seguro para ir e um plano de fuga com segurança (Anderson & Saunders, 2003). Também existem mulheres que se empenham em desenvolver alternativas de distanciamento emocional do parceiro. A este respeito, o estudo desenvolvido por Bermea et al. (2020) mostrou que as mulheres que possuem filhos começam a imaginar como será a vida longe do parceiro abusivo, considerando o que fariam e como viveriam caso não estivessem mais casadas.

Para além das estratégias empregadas no processo de saída do relacionamento, deve-se considerar os preditores das decisões das mulheres de permanecer ou sair do relacionamento abusivo. Na década de 80, uma pesquisa desenvolvida por Kalmuss e Straus (1982) apontou que as mulheres vítimas de VPI são menos propensas a sair do relacionamento quando são economicamente dependentes. Além disso, a renda tem sido apontada como um preditor significativo para a decisão de ficar ou sair do relacionamento

abusivo superando a necessidade de segurança (Anderson & Saunders, 2003; Johnson, 1992; Kim & Gray, 2008).

Outro preditor importante é o compromisso emocional com o relacionamento, isto é, as mulheres que se dedicam muito ao relacionamento, considerando o quanto ela investiu em termos de tempo, esforço, recursos, estão mais propensas a justificar a permanência dispendendo de mais esforço para salvar o relacionamento (Anderson & Saunders, 2003). Fatores externos como o nível socioeconômico da mulher (Strube & Barbour, 1984), ter um local seguro onde possa ser acolhida (Lesser, 1990), acesso regular a creche para os filhos, transporte e apoio social também são preditores que influenciam no processo de saída das mulheres de relacionamentos abusivos (Anderson & Saunders, 2003). Desse modo, as mulheres encontram diversas barreiras que dificultam ou impedem o fim do relacionamento abusivo, mas há ainda outro aspecto importante nesse processo que é a percepção das pessoas diante de mulheres que reatam o relacionamento abusivo (Pugh et al., 2021).

Embora as pesquisas demonstrem que diversos fatores estão inter-relacionados e, em conjunto, influenciam a decisão das mulheres de permanecer ou sair de um relacionamento abusivo, é comum que pessoas próximas à vítima tenham uma visão simplista sobre o motivo pelo qual essas mulheres permanecem nesse tipo de relacionamento (Yamawaki et al., 2012). Essa percepção simplista pode gerar atitudes negativas em relação à vítima, dificultando ainda mais suas chances de romper definitivamente com o relacionamento, o que contribui para uma menor qualidade de vida e aumenta as chances de retorno à relação abusiva (Goodkind et al., 2003). Nesse contexto, as pessoas próximas à vítima podem culpabilizá-la pela violência sofrida (Martín-Fernández et al., 2018; Osborn & Rajah, 2020; Policastro & Payne, 2013), especialmente quando a mulher demora para pôr um fim definitivo à relação (Eckstein, 2011; Storer et al., 2018).

As atitudes que os homens e as mulheres têm quando estão diante de uma mulher que sofre VPI são diferentes (Yamawaki et al., 2012). As evidências indicam que os homens culpabilizam mais as vítimas (Harris & Cook, 1994; West & Wandrei, 2002) e minimizam a gravidade da violência (Yamawaki, Ostenson, & Brown, 2009). A culpabilização da vítima pode ser integrada ao conjunto de comportamentos da vitimização secundária (Brickman et al., 1982; Correia, 2003), os quais incluem as reações de desvalorização, evitação e minimização do sofrimento da vítima, e possui como consequência a ausência de suporte social (Correia, 2003).

A vitimização secundária é caracterizada pelos comportamentos que as pessoas e as instituições têm quando se deparam com uma vítima inocente em uma situação de injustiça (Correia & Vala, 2003). Nesse sentido, uma vítima é considerada inocente quando ela não é responsável pelo evento ou situação que causou o seu infortúnio, i.e., quando resulta de um acontecimento que a vítima não pode controlar (Correia, 2003). A vitimização secundária é definida como uma segunda vitimização que acontece logo após uma situação de infortúnio, como a violência, e é o resultado dos julgamentos que as pessoas fazem em relação à vítima e tem como consequência a ausência de suporte social, julgamentos negativos e comportamentos opostos à ajuda (Mendonça, 2014). Tais incidentes frequentemente sucedem a VPI e são descritos como mais dolorosos e traumáticos do que os eventos desencadeadores, uma vez que é cometido por aqueles que deveriam ser cuidadores ou protetores da vítima (Hattendorf & Tollerud, 1997).

Nesse contexto, umas das reações possíveis quando as pessoas se deparam com o sofrimento de uma vítima de injustiça são os comportamentos de ajuda, que objetivam diminuir o sofrimento e reparar a situação causadora do sofrimento (Correia, 2003). No entanto, quando os observadores não conseguem aliviar o sofrimento da vítima, eles tendem a focar em aliviar o seu próprio sentimento de insegurança e vulnerabilidade provocado pela situação, recorrendo a comportamentos de vitimização secundária, como desvalorização, culpabilização, evitação e minimização do sofrimento da vítima. Por exemplo, um estudo desenvolvido com 485 pessoas de ambos os sexos analisou a influência do sexismo e da crença no mundo justo na culpabilização da vítima e exoneração do abusador. Os resultados demonstraram que os participantes culpavam a vítima e perdoaram o abusador quando não havia nenhuma menção à causa da agressão (Valor-Segura et al., 2011). Uma outra pesquisa desenvolvida com 121 estudantes universitários investigou como os participantes atribuíam a responsabilidade e avaliavam moralmente as mulheres vítimas de VPI. Nesse experimento, os participantes liam que a vítima admitiu uma traição ou negou ter cometido tal ato. A vítima foi avaliada como menos moral e mais responsável pela VPI quando admitiu ter sido infiel (Pagliaro et al., 2018).

Diante da gravidade das consequências da VPI e dos impactos que a vitimização secundária causa nas vítimas, colocamos a questão se saber se há diferença significativa nos comportamentos de vitimização secundária quando as mulheres voltam ao relacionamento abusivo do que quando elas conseguem pôr fim definitivamente. A literatura sobre esse tema tem se concentrado em analisar alguns dos tipos de

comportamentos de vitimização secundária, tais como culpabilização (Estrellado & Loh, 2019; West & Wandrei, 2002) e minimização do sofrimento da vítima (Yamawaki et al., 2012). Desconhecemos estudos que consideram os todos os tipos de comportamentos de vitimização secundária dos observadores diante das mulheres que retornam ao relacionamento abusivo. Nesse estudo, incluímos os quatro tipos de vitimização secundária, manipulamos a decisão da vítima de voltar do relacionamento abusivo ou sair em definitivo.

Desse modo, o objetivo desse estudo é investigar os comportamentos de vitimização secundária de mulheres que retornam ao relacionamento abusivo. A literatura aponta três fatores que determinam a reação das pessoas a uma vítima de infortúnios, são eles: a Crença no Mundo Justo (CMJ) do observador, a inocência da vítima e a persistência do sofrimento da vítima (Correia, 2003). Notadamente, a persistência do sofrimento da vítima está relacionada ao aspecto temporal da vitimização, isto é, quanto tempo o sofrimento perdura. Lerner e Simmons (1966) descreveram que uma vítima inocente submetida a um sofrimento persistente é mais secundariamente vitimizada do que uma vítima cujo sofrimento acabou. Com relação a mulheres vítimas da violência dos seus parceiros, compreendemos que o sofrimento será persistente quando a vítima reata o relacionamento.

Questionamos em que medida as pessoas usam estratégias de vitimização secundária de mulheres vítimas de violência doméstica quando lhes é dada a informação de que a violência é recorrente. Assim, hipotetizamos que os participantes tenderão a comportar-se de modo a vitimizar secundariamente mais as vítimas quando elas retornam ao relacionamento abusivo e na condição controle (padrão) do que quando conseguem pôr fim definitivo ao relacionamento. Também prevemos diferença estatisticamente significativa entre os comportamentos de homens e mulheres dependendo de se a vítima reata ou não reata o relacionamento.

Especificamente, este estudo analisa os comportamentos de vitimização secundária diante de uma vítima que decidiu reatar o relacionamento após ter sido agredida pelo seu marido. Testamos as seguintes hipóteses: (H1) é mais provável uma mulher vítima de IPI ser vitimizada secundariamente quando decide reatar um relacionamento abusivo do que quando não reata o relacionamento; (H2) os homens serão as pessoas que mais usam estratégias de vitimização secundários quando as vítimas reatam do que quando não reatam.

Método

Participantes

Para delimitação do tamanho amostral, utilizamos o Web Power fixando o tamanho do efeito $f = 0.20$, poder do teste 0.80 e $p < 0,05$. Considerando o nosso desenho experimental, seriam necessários ter ao menos 243 participantes para termos poder suficientes para detectar o effect size que previmos. Dessa forma, participaram do estudo 261 pessoas, com idades variando entre 18 e 72 anos ($M = 32.06$; $SD = 9.96$) e a maioria do sexo feminino (83.9%). Os participantes foram distribuídos aleatoriamente em uma de três condições sobre o comportamento da vítima: reatou o relacionamento ($n = 76$); não reatou o relacionamento ($n = 93$); controle ($n = 92$).

Materiais

Solicitamos que os participantes respondessem a Escala de Vitimização Secundária em Mulheres Vítimas de Violência Conjugal (SVS). Esta escala foi validada por Oliveira e Pereira (2021) e contém 12 itens que avaliam a Vitimização Secundária a partir de quatro fatores: Sofrimento da vítima (itens: “Essas mulheres sofrem bastante”, “Essas situações são um tormento na vida dessas mulheres.” E “As consequências dessas situações são dolorosas para as mulheres”), Evitação da vítima (itens: “Incomoda-me conviver com essas mulheres”, “É desagradável estar com essas mulheres” e “Prefiro manter distância dessas mulheres”), Desvalorização da vítima (itens: “Essas mulheres são vulgares”, “Essas mulheres não se dão ao respeito” e “Essas mulheres são muito incompetentes”), Culpabilização da Vítima (itens: “Elas têm uma parcela de culpa pelo o que lhes acontece”, “Elas têm um grau de responsabilidade pela situação que a comete” e “Elas poderiam ter evitado essas situações”). Adotamos a escala de resposta tipo Likert composta por 6 alternativas, variando de 1 (Discordo Muito) a 6 (Concordo Muito). A consistência interna das dimensões da vitimização secundária é adequada, no fator Sofrimento da vítima os índices foram $\alpha = 0.76$ e $\omega = 0.76$, o fator Culpabilização apresentou $\alpha = 0.85$ e $\omega = 0.86$, sobre a Evitação os valores foram $\alpha = 0.87$ e $\omega = 0.87$ e, por fim, no fator Desvalorização da Vítima identificamos os valores $\alpha = 0.85$ e $\omega = 0.85$.

Procedimentos

Convidamos os participantes para colaborar num estudo realizado online por meio da plataforma Qualtrics. Inicialmente, apresentamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a fim de informar sobre o caráter sigiloso e anônimo da pesquisa. Após concordarem em participar, todos foram convidados a ler uma mesma vinheta que descrevia o relacionamento de João e Maria. A seguir, a vinheta lida por todos:

“Maria e João são casados há mais de dez anos. Durante esse tempo, ocorreram situações na relação cuja consequência é o fato de Maria ficar fisicamente muito machucada, psicologicamente muito abalada, além de ter prejuízos financeiros e nas relações que ela tem com as pessoas que ela mais gosta. Por exemplo, às vezes quando o clima em casa está mais difícil, ela não pode sair sozinha na rua, encontrar familiares e amigos (as) íntimos (as), além de não poder realizar chamadas telefônicas sem que o João aprove o que ela vai dizer.”

Entretanto, havia três desfechos do relacionamento com base no qual manipulamos a informação sobre o comportamento da vítima. Na condição em que a vítima decidiu retornar o relacionamento com o agressor, os participantes leram a seguinte informação:

“Maria tem pedido ajuda aos amigos e familiares para terminar o relacionamento com João. Maria decidiu sair de casa e terminar o relacionamento com João. Porém, transcorrido alguns dias, ela resolveu voltar para casa e reatar a sua relação conjugal, mas as situações descritas anteriormente repetiam-se”.

Na condição em que a vítima não retomou o relacionamento com o agressor, os participantes leram o seguinte desfecho: “Maria tem pedido ajuda aos amigos e familiares para terminar o relacionamento com João. Maria decidiu sair de casa e terminar o relacionamento com João”.

Na condição de controle, não demos qualquer informação sobre o desfecho e os participantes passaram direto para responderem ao questionário que seguiu a apresentação das vinhetas.

Após a leitura da vinheta seguida do seu desfecho, os participantes foram instruídos a responder o questionário que continha a Escala de Vitimização Secundária em Mulheres Vítimas de Violência Conjugal (SVS), além de informações sociodemográficas.

Análise de dados

Utilizamos o programa estatístico IBM SPSS Statistics 23 para analisar os dados. Para testarmos as hipóteses procedemos com a análise multivariada das variâncias (MANOVA) com a qual analisamos o efeito da recorrência (recorrência vs não recorrência vs controle) nos quatro fatores da vitimização secundária (Minimização do sofrimento, Evitação, Desvalorização e Culpabilização da Vítima). Para testarmos a hipótese 2, estimamos uma MANOVA fatorial do tipo 2 (feminino vs masculino) 3 (reatar vs não reatar vs controle).

Considerações éticas

Os aspectos ético-legais que nortearam este estudo seguiram os princípios da Resolução N° 466/2012 e da Resolução N° 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), assim como a Declaração Universal de Princípios Éticos para Psicólogos (IAAP & IUPsyS, 2008), as Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisa Biomédica Envolvendo Seres Humanos (CIOMS, OMS & OPAS, 2016) e as declarações atuais da IAPA sobre ações éticas no momento da apresentação (IAPA, 1978, 2008a, 2008b, 2014, 2016, 2018, 2019). Essas normas têm como objetivo assegurar a prática e a manutenção de condutas éticas em relação aos indivíduos que colaboram como participantes voluntários em pesquisas. Os participantes foram informados sobre o caráter sigiloso e voluntário da pesquisa, bem como sobre a preservação de suas identidades.

Resultados

A MANOVA apresentou um efeito significativo da manipulação experimental [Traço de Pillai = 0.097; $F(8,448) = 2.866$; $p < 0.05$; $\eta^2 = 0.049$]. A análise dos efeitos univariados indicam que os participantes tenderam a perceber mais o sofrimento da vítima, quando ela reatou o relacionamento do que na condição controle. Quando analisamos a desvalorização da vítima, constatamos que a vítima foi mais desvalorizada na condição reatar o relacionamento e quando não informamos o desfecho (controle) do que na condição de não reatar. Encontramos resultados semelhantes quando examinamos a Evitação da vítima, isto é, a vítima foi mais evitada na condição em que reatou o relacionamento e quando não informamos o desfecho do que na condição de não reatar. A manipulação da recorrência não influenciou a culpabilização da vítima.

Igualmente, os resultados mostraram um efeito estatisticamente significativo do sexo dos participantes [Traço de Pillai = 0.160; $F(4,223) = 10.640$; $p < 0.01$; $\eta^2 p = 0.16$]. Como hipotetizamos, os homens culpabilizaram e desvalorizaram mais a vítima do que as mulheres, assim como perceberam menos sofrimento da vítima do que as mulheres. No comportamento de evitação da vítima, não houve diferença entre os sexos.

Logo que examinamos as comparações múltiplas da interação entre sexo e a recorrência nos diferentes tipos de vitimização secundária, observamos que a percepção das mulheres e homens quanto ao sofrimento da vítima não são diferentes quando a vítima reata o relacionamento. Em contrapartida, as mulheres tendem a perceber mais o sofrimento da vítima, em comparação com os homens, quando a vítima não reata e na condição controle.

Notamos que homens e mulheres não diferem no quanto culpabilizam a vítima nas condições de reatar, não reatar e controle. Já sobre a desvalorização da vítima, os homens apresentaram médias maiores do que as mulheres tanto na condição de reatar quando no controle, porém, não houve diferença na condição não reatar. Sobre a evitação da vítima, os homens apresentaram maiores médias na condição controle, e não verificamos diferença entre homens e mulheres nas condições de reatar e não reatar. As médias e desvios padrão estão descritos na tabela 1.

Tabela 1

Média e desvio padrão nos diferentes tipos de vitimização secundária, considerando as condições de reatar, não reatar e controle nos os homens e nas mulheres.

	Reatar		Não reatar		Controle	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sofrimento	5.86a (0.08)	5.93a (0.03)	5.71a (0.07)	5.97b (0.03)	5.51a (0.07)	5.96b (0.03)
Culpabilização	3.05a (0.37)	2.32a (0.17)	2.38a (0.36)	2.10a (0.16)	2.74a (0.36)	2.27a (0.15)
Desvalorização	1.55a (0.12)	1.17b (0.05)	1.20a (0.12)	1.10a (0.05)	1.61a (0.12)	1.08b (0.05)
Evitação	2.00a (0.26)	2.04a (0.12)	1.46a (0.25)	1.43a (0.11)	2.51a (0.25)	1.66b (0.11)

Nota. Médias com distintos subscritos são estatisticamente diferentes a $p < .05$

Discussão

Nesse estudo, objetivamos investigar os comportamentos de vitimização secundária sofrido por mulheres que retornam ao relacionamento abusivo. Para isso, manipulamos a informação sobre o comportamento da vítima e analisamos os comportamentos de vitimização secundária diante da vítima de VPI que volta ao relacionamento, a que rompe definitivamente e a condição controle. Desse modo, testamos a hipótese de que as pessoas vitimizarão secundariamente mais as vítimas de violência que reatam o relacionamento do que as que não reatam, e que os homens terão mais comportamentos de vitimização secundária do que as mulheres. Os resultados apontaram que há maior desvalorização e evitação da vítima quando ela reata o relacionamento e na condição controle do que quando ela não reata. O sofrimento é mais reconhecido na condição reatar e não reatar do que na condição controle. E não houve diferença na culpabilização entre as diferentes condições. Foi possível identificar também que as mulheres percebem mais o sofrimento da vítima quando elas não reatam e na condição controle. Os homens desvalorizam mais a vítima quando elas reatam o relacionamento e na condição controle. Assim como, evitam mais a vítima na condição controle.

A síntese dos nossos resultados é consistente com a literatura, que apresenta evidências de que as vítimas tendem a ser mais vitimizadas quando seu sofrimento se prolonga no tempo, em comparação com aquelas que conseguem encerrar a situação de forma definitiva (Correia, 2003). Assim, quando analisamos as mulheres vítimas de VPI compreendemos que elas tentam sair e retornam ao relacionamento muitas vezes antes de romper definitivamente com o parceiro, o que faz com que seu sofrimento se prolongue (Anderson & Saunders, 2003; Estrellado & Loh, 2019). Dessa forma, nosso estudo apresentou resultados empíricos de que quando nos referimos a mulheres vítimas de VPI, elas são mais vitimizadas quando saem e retornam ao relacionamento abusivo, o que é descrito como sendo o comportamento mais frequente das mulheres. Os resultados sobre os comportamentos de culpabilização da vítima apresentaram-se diferentes do que a literatura apresenta, pois não houve diferença significativa quando a vítima volta ao relacionamento ou rompe definitivamente e a situação controle. Isso pode ser reflexo da norma anti-preconceito que faz com que bloqueie o preconceito consciente (Camino et al., 2001).

Este estudo apresenta evidências sólidas, ainda que parciais, para nossa previsão de que, quando a vítima decide reatar o relacionamento, ela geralmente é mais vitimizada secundariamente do que quando há a possibilidade de pôr fim ao sofrimento com o término do relacionamento. O estudo também evidencia a diferença nos comportamentos de vitimização secundária entre homens e mulheres ao se depararem com uma vítima de VPI, corroborando a literatura existente (Harris & Cook, 1994; Yamawaki et al., 2012; Yamawaki, Ostenson, Brown, et al., 2009).

Nos estudos sobre o fenômeno da vitimização secundária, há evidências de que a vítima é mais vitimizada secundariamente quando o sofrimento é persistente (Correia, 2003), ou seja, quando o sofrimento acompanha a vítima por um longo período. Dessa forma, nosso estudo contribui significativamente para a compreensão do fenômeno da vitimização secundária, apresentando evidências empíricas de que as mulheres são mais vitimizadas quando o sofrimento persiste por algum tempo.

Limitações e direções futuras

O estudo desenvolvido nesse artigo confirma parcialmente as nossas hipóteses, entretanto, apresenta limitações que precisam ser pontuadas. A decisão pelo tamanho amostral considerou o nosso desenho experimental e a quantidade mínima de participantes para que pudéssemos detectar o tamanho do efeito que prevíamos, apesar disso, identificamos pouca variabilidade na amostra quanto ao sexo. Esses aspectos são importantes pois a literatura aponta que homens e mulheres diferem quanto aos comportamentos de vitimização secundária diante de uma mulher vítima da VPI (Martín-Fernández et al., 2018; Pugh et al., 2021).

Os resultados desse estudo apontam diferenças significativas entre os comportamentos de desvalorização e evitação da vítima, assim como, o reconhecimento do sofrimento quando a vítima decide voltar ao relacionamento. Contudo, a respeito da culpabilização não houve diferença significativa contrariando os estudos sobre a temática (De keersmaecker & Roets, 2020; Niemi & Young, 2016; Yamawaki et al., 2012).

Na manipulação da condição experimental não analisamos a decisão de sair do relacionamento abusivo como um processo, como descreve a literatura (Anderson & Saunders, 2003; Bell et al., 2007; Okun, 1986) e por isso, acreditamos ser uma limitação que deve ser superada nos próximos estudos, uma vez que os participantes podem não ter interpretado que o sofrimento da vítima era persistente.



Além disso, é necessário avaliar a vitimização secundária em condições que a norma anti-preconceito não exerça influência nas respostas dos participantes, assim como, incluir a manipulação do sexismo e considerar a decisão de saída do relacionamento como um processo que envolve várias tentativas.

Referências

- Adams, A. E., & Beeble, M. L. (2019). Intimate partner violence and psychological well-being: Examining the effect of economic abuse on women's quality of life. *Psychology of Violence, 9*(5), 517-525. <https://doi.org/10.1037/vio0000174>
- Aguilar Ruiz, R., González Calderón, M. J., & González García, A. (2021). Severe versus less severe intimate partner violence: Aggressors and victims: <https://doi.org/10.1177/1477370821995145>
- Anderson, D. K., & Saunders, D. G. (2003). Leaving An Abusive Partner: An Empirical Review of Predictors, the Process of Leaving, and Psychological. *Well-Being, Trauma, Violence, & Abuse, 4*(2), 163-191. <https://doi.org/10.1177/1524838002250769>
- Bell, M. E., Goodman, L. A., & Dutton, M. A. (2007). The dynamics of staying and leaving: Implications for battered women's Emotional well-being and experiences of violence at the end of a year. *Journal of Family Violence, 22*(6), 413-428. <https://doi.org/10.1007/s10896-007-9096-9>
- Bermea, A. M., Khaw, L., Hardesty, J. L., Rosenbloom, L., & Salerno, C. (2020). Mental and Active Preparation: Examining Variations in Women's Processes of Preparing to Leave Abusive Relationships. *Journal of Interpersonal Violence, 35*(3-4), 988-1011. <https://doi.org/10.1177/0886260517692332>.
- Brazil (2012). Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Conselho Nacional de Saúde, Brasília. Disponível: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>.
- Brazil (2016). Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe dos princípios para pesquisas nas áreas das ciências humanas e sociais. Conselho Nacional de Saúde, Brasília.
- Brickman, P., & et al. (1982). Models of helping and coping. *American Psychologist, 37*(4), 368-384. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.37.4.368>
- Bueno, S., & Lima, R. S. (2021). Anuário Brasileiro de Segurança Pública Sumário. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 15.
- CIOMS, OMS & OPS (2016). Pautas éticas internacionais para la investigación relacionada con la salud con seres humanos. Retrieved from https://cioms.ch/wp-content/uploads/2017/12/CIOMS-EthicalGuideline_SP_INTERIOR-FINAL.pdf

- Chibber, K., & Krishnan, S. (2011). Confronting intimate partner violence: a global health priority | RTI. 78. <https://www.rti.org/publication/confronting-intimate-%20partner-violence-global-health-priority>
- Correia, I. F. (2003). Concertos e desconcertos na procura de um mundo concertado: crença no mundo justo, inocência da vítima e vitimização secundária. Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a ciência e tecnologia.
- Correia, I., & Vala, J. (2003). Crença no mundo justo e vitimização secundária: O papel moderador da inocência da vítima e da persistência do sofrimento. *Análise Psicológica*, 3(XXI), 341-352. <https://doi.org/10.14417/ap.15>
- De keersmaecker, J., & Roets, A. (2020). All victims are equally innocent, but some are more innocent than others: The role of group membership on victim blaming. *Current Psychology*, 39(1), 254-262. <https://doi.org/10.1007/s12144-017-9763-9>
- Eckstein, J. J. (2011). Reasons for Staying in Intimately Violent Relationships: Comparisons of Men and Women and Messages Communicated to Self and Others. *Journal of Family Violence*, 26(1), 21–30. <https://doi.org/10.1007/s10896-010-9338-0>
- Estrellado, A. F., & Loh, J. (MI). (2019). To Stay in or Leave an Abusive Relationship: Losses and Gains Experienced by Battered Filipino Women. *Journal of Interpersonal Violence*, 34(9), 1843-1863. <https://doi.org/10.1177/0886260516657912>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP. Anuário brasileiro de segurança pública 2021. Ano 15. São Paulo: FBSP, 2021.
- Goodkind, J. R., Gillum, T. L., Bybee, D. I., & Sullivan, C. M. (2003). The impact of family and friends' reactions on the well-being of women with abusive partners. *Violence Against Women*, 9(3), 347-373. <https://doi.org/10.1177/1077801202250083>
- Goodkind, J. R., Sullivan, C. M., & Bybee, D. I. (2004). A Contextual Analysis of Battered Women's Safety Planning. *Violence Against Women*, 10(5), 514-533. <https://doi.org/10.1177/1077801204264368>
- Harris, R. J., & Cook, C. A. (1994). Attributions about spouse abuse: It matters who the batterers and victims are. *Sex Roles*, 30(7-8), 553-565. <https://doi.org/10.1007/BF01420802>
- Hattendorf, J., & Tollerud, T. R. (1997). Domestic Violence: Counseling Strategies That Minimize the Impact of Secondary Victimization. 33(1).

- Heim, E., Ajzen, I., Schmidt, P., & Seddig, D. (2018). Women's Decisions to Stay in or Leave an Abusive Relationship: Results From a Longitudinal Study in Bolivia. *Violence Against Women*, 24(14), 1639-1657. <https://doi.org/10.1177/1077801217741993>.
- IAAP & IUPsyS (2008). Universal Declaration of Ethical Principles for Psychologists. Available from the International Union of Psychological Science Web site: <https://www.iupsys.net/about/governance/universal-declaration-of-ethical-principles-for-psychologists.html>.
- ISP (2008a). Declaración de la Mesa Directiva de la SIP sobre Terápias de Conversión. Retrieved from <https://archive.org/details/sip-2008a-declaracion-sobre-terapias-de-conversion>
- ISP (2008b). Consideraciones Éticas de la SIP. Retrieved from <https://archive.org/details/sip-2008b-declaracion-sobre-principios-eticos>
- ISP (2014). Declaración de la SIP sobre Refugiados menores de edad en tránsito a los Estados Unidos. Retrieved from <https://archive.org/details/sip-2014-declaracion-sobre-ninos-migrantes-en-centro-america>
- ISP (2016). Declaración de la SIP de apoyo a psicólogas y psicólogos colombianos que promueven los acuerdos de paz. Retrieved from <https://archive.org/details/sip-2016-declaracion-apoyo-a-acuerdos-de-paz-en-colombia>
- ISP (2018). Position Statement of the Inter-American Psychological Society (SIP). Retrieved from <https://archive.org/details/sip-2018-position-statement-on-immigration>
- ISP (2019). Declaración de la SIP sobre experticia de psicólogas y psicólogos en el campo de la salud mental y las ciencias del comportamiento. Retrieved from <https://archive.org/details/sip-2019-declaracion-experticia-en-salud-mental>
- Johnson, I. M. (1992). Economic, situational, and psychological correlates of the decision-making process of battered women. – *PsycNET*, 73(3), 168-176. <https://psycnet.apa.org/record/1992-31556-001>
- Kalmuss, D. S., & Straus, M. A. (1982). Wife's Marital Dependency and Wife Abuse. *Journal of Marriage and the Family*, 44(2), 277. <https://doi.org/10.2307/351538>
- Kim, J., & Gray, K. A. (2008). Leave or stay?: Battered women's decision after intimate partner violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 23(10), 1465–1482. <https://doi.org/10.1177/0886260508314307>

- Kirkwood, C. (1993). *Leaving Abusive Partners: From the Scars of Survival to the Wisdom for Change* (1a). Sage Publications Ltd.
<https://www.ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/leaving-abusive-partners-scars-survival-wisdom-change>.
- Lerner, M. J., & Simmons, C. H. (1966). Observer's reaction to the "innocent victim": Compassion or rejection? *Journal of Personality and Social Psychology*, 4(2), 203-210. <https://doi.org/10.1037/h0023562>
- Lesser, B. (1990). Attachment and situational factors influencing battered women's return to their mates following a shelter program. In *Research explorations in adult attachment* (pp. 81-128). Peter Lang. <https://psycnet.apa.org/record/1991-97317-000>
- Martín-Fernández, M., Gracia, E., & Lila, M. (2018). Assessing victim-blaming attitudes in cases of intimate partner violence against women: Development and validation of the VB-IPVAW scale. *Psychosocial Intervention*, 27(3), 133-143. <https://doi.org/10.5093/pi2018a18>
- Mendonça, R. D. (2014). *Crença no Mundo Justo e Vitimização Secundária: o papel do Comportamento Desviante na Adolescência*. <https://core.ac.uk/download/pdf/154173885.pdf>
- Niemi, L., & Young, L. (2016). When and Why We See Victims as Responsible: The Impact of Ideology on Attitudes Toward Victims. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 42(9), 1227-1242. <https://doi.org/10.1177/0146167216653933>
- Okun, L. (1986). *Woman abuse: Facts replacing myths*. State University of New York Press. <https://psycnet.apa.org/record/1986-97480-000>
- Osborn, M., & Rajah, V. (2020). Understanding Formal Responses to Intimate Partner Violence and Women's Resistance Processes: A Scoping Review. *Trauma, Violence, and Abuse*. <https://doi.org/10.1177/1524838020967348>
- Pagliaro, S., Pacilli, M. G., Giannella, V. A., Giovannelli, I., Spaccatini, F., & Baldry, A. C. (2018). Legitimizing Intimate Partner Violence: Moral Evaluations, Attribution of Responsibility, and (Reduced) Helping Intentions. *Journal of Interpersonal Violence*, 1-13. <https://doi.org/10.1177/0886260518760611>
- Peitzmeier, S. M., Malik, M., Kattari, S. K., Marrow, E., Stephenson, R., Agénor, M., & Reisner, S. L. (2020). Intimate partner violence in transgender populations: Systematic review and meta-analysis of prevalence and correlates. *American*

Journal of Public Health, 110(9), E1-E14.

<https://doi.org/10.2105/AJPH.2020.305774>

- Policastro, C., & Payne, B. K. (2013). The blameworthy victim: Domestic violence myths and the criminalization of victimhood. *Journal of Aggression, Maltreatment and Trauma*, 22(4), 329-347. <https://doi.org/10.1080/10926771.2013.775985>
- Pugh, B., Li, L., & Sun, I. Y. (2021). Perceptions of Why Women Stay in Physically Abusive Relationships: A Comparative Study of Chinese and U.S. College Students. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(7-8), 3778-3813. <https://doi.org/10.1177/0886260518778264>
- Rebelo, A. S., & Pereira, C. (2009). Com o mal dos outros posso eu bem! O Impacto da Crença no Mundo Justo, da Inocência da Vítima e da Categorização Social da Vítima na Vitimização Secundária e na Schadenfreude.
- Rhatigan, D. L., & Street, A. E. (2005). The impact of intimate partner violence on decisions to leave dating relationships: A test of the investment model. *Journal of Interpersonal Violence*, 20(12), 1580-1597. <https://doi.org/10.1177/0886260505280344>
- Serrano-Montilla, C., Valor-Segura, I., Padilla, J. L., & Lozano, L. M. (2020). Public helping reactions to intimate partner violence against women in European countries: The role of gender-related individual and macrosocial factors. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(17), 1-18. <https://doi.org/10.3390/ijerph17176314>
- Snell, J. E., Rosenwald, R. J., & Robey, A. (1964). The Wifebeater's Wife: A Study of Family Interaction. *Archives of General Psychiatry*, 11(2), 107-112. <https://doi.org/10.1001/ARCHPSYC.1964.01720260001001>
- Storer, H. L., Rodriguez, M., & Franklin, R. (2018). "Leaving Was a Process, Not an Event": The Lived Experience of Dating and Domestic Violence in 140 Characters. *Journal of Interpersonal Violence*. <https://doi.org/10.1177/0886260518816325>
- Strube, M. J., & Barbour, L. S. (1984). Factors Related to the Decision to Leave an Abusive Relationship. *Journal of Marriage and the Family*, 46(4), 837-844. <https://eric.ed.gov/?id=EJ311167>
- Summers, G., & Feldman, N. S. (1984). Blaming the Victim Versus Blaming the Perpetrator: An Attributional Analysis of Spouse Abuse. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 2(4), 339-347. <https://doi.org/10.1521/JSCP.1984.2.4.339>

- Valor-Segura, I., Expósito, F., & Moya, M. (2011). Victim Blaming and Exoneration of the Perpetrator in Domestic Violence: The Role of Beliefs in a Just World and Ambivalent Sexism. *The Spanish Journal of Psychology*, 14(1), 195-206. <https://doi.org/10.5209/rev>
- Walker, L. E. (1979). *The Battered woman syndrome*. Harper & Row.
- Walters, G. D. (2020). Predicting Future Intimate Partner Violence with Past Intimate Partner Violence: The Moderating Role of Proactive and Reactive Criminal Thinking. *Criminal Justice and Behavior*, 47(8), 943-955. <https://doi.org/10.1177/0093854820921549>
- West, A., & Wandrei, M. L. (2002). Intimate Partner Violence: A Model for Predicting Interventions by Informal Helpers. *Evidence-Based Emergency Medicine*, 17(9), 972-986. <https://doi.org/10.1002/9781444303674.ch59>
- World Health Organization, London School of Hygiene and Tropical Medicine. Preventing intimate partner and sexual violence against women: taking action and generating evidence. Geneva: World Health Organization; 2018. 16 p.
- Yamawaki, N., Ochoa-Shipp, M., Pulsipher, C., Harlos, A., & Swindler, S. (2012). Perceptions of Domestic Violence: The Effects of Domestic Violence Myths, Victim's Relationship With Her Abuser, and the Decision to Return to Her Abuser. *Journal of Interpersonal Violence*, 27(16), 3195-3212. <https://doi.org/10.1177/0886260512441253>
- Yamawaki, N., Ostenson, J., & Brown, C. R. (2009). The Functions of gender role traditionality, ambivalent sexism, injury, and frequency of assault on domestic violence perception: A study between Japanese and American college students. *Violence Against Women*, 15(9), 1126-1142. <https://doi.org/10.1177/1077801209340758>
- Yamawaki, N., Ostenson, J., Brown, C. R., Harris, R. J., & Cook, C. A. (2009). The Functions of gender role traditionality, ambivalent sexism, injury, and frequency of assault on domestic violence perception: A study between Japanese and American college students. *Violence Against Women*, 5(9), 1126-1142. <https://doi.org/10.1007/BF01420802>

Received: 2022-07-25

Accepted: 2024-08-20